

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



COMPOSIÇÃO DO EDITAL

PREÂMBULO

- 1. DO OBJETO**
- 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 3. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**
- 4. DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL” E “HABILITAÇÃO”**
- 5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**
- 6. DO CREDENCIAMENTO**
- 7. DA PROPOSTA COMERCIAL**
- 8. DA HABILITAÇÃO**
- 9. DA SESSÃO DO PREGÃO**
- 10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**
- 11. DOS LANCES VERBAIS**
- 12. DO JULGAMENTO**
- 13. DOS RECURSOS**
- 14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 15. DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 17. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**
- 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

ANEXOS

- ANEXO I - Especificações do Objeto**
- ANEXO II - Termo de Referência**
- ANEXO II-A - Termo de Referência**
- ANEXO II-B - Planilha Orçamentária**
- ANEXO II-C - Cronograma Físico-Financeiro**
- ANEXO II-D - Composição do BDI**
- ANEXO III - Minuta do Contrato**

MODELOS

- MODELO 1 - Credenciamento**
- MODELO 2 - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**
- MODELO 3 - Declaração de Conhecimento dos Serviços**
- MODELO 4 - Comprovação do Atendimento do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**
- MODELO 5 – Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Aceite das Condições do Edital**
- MODELO 6 – Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação**
- MODELO 7 - Declaração de Responsabilidade Técnica dos Serviços**
- MODELO 8 - Declaração de Compromisso do Profissional**
- MODELO 9 - Declaração de Disponibilidade de Máquinas e Equipamentos**

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



PREÂMBULO

Órgão Interessado:	FUNDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRÂNSITO E TRANSPORTE
Processo:	2016066430
Regime Legal:	Lei Federal nº 10.520/2002 Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Complementar Federal nº 123/2006 alterada pela LC 147/2014, Lei Municipal nº 2.024/2014, Lei Complementar Municipal nº 178/2008, Decretos Municipais nº 203/2005 e 1.031/2015.
Tipo Licitação	MENOR PREÇO GLOBAL
Exame ou Retirada do Edital:	Superintendência de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Finanças, sito à Quadra 802 Sul, Alameda 03, APM 15-B, Av. NS-02, Loteamento Palmas 2ª etapa, Bairro: Plano Diretor Sul, no prédio do PREVIPALMAS, 3º piso, CEP. 77.023.006 em Palmas/TO.
Local da Sessão:	Sala de Reuniões da Superintendência de Compras e Licitações, endereço acima.
Data da Sessão:	14/03/2017
Hora da Sessão:	09:00 horas (horário local)
Informações:	Telefones (63) 2111-2736 / 2737 em horário comercial E-mail cplpalmas@gmail.com

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de remoção de postes de concreto e devolução a Energisa, bem como a disponibilidade de equipe completa para auxílio na desmontagem dos enfeites natalinos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação qualquer empresa legalmente constituída, especializada no ramo pertinente ao objeto licitado, exceto consórcio.

2.2. Não poderá participar desta licitação a empresa que:

- a) Tiver sido declarada inidônea na administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;
- b) Estiver impedida ou temporariamente suspensa de participar em licitação ou contratar com a Administração Municipal de Palmas;
- c) Incidir no estipulado no art. 9.º da Lei nº. 8.666/93;
- d) Tenha sofrido decretação de falência ou dissolução, bem como aquele que esteja em processo de liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial;
- e) Possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objeto incompatível com o deste Pregão;
- f) Estiverem reunidas sob forma de consórcio
- g) Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- h) Incorrer em outros impedimentos previstos em lei.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



3. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 3.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Superintendência de Compras e Licitações, no endereço, fax e/ou e-mail constados nas preliminares deste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis antes da abertura da sessão.
- 3.2. Os pedidos de impugnação aos termos editalícios deverão ser protocolados junto à Superintendência de Compras e Licitações, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis antes da abertura do pregão, observadas as demais disposições do artigo 41 da Lei 8.666/93, devidamente digitados e, quando for o caso, assinados pelo representante legal do licitante, em original.
- 3.3. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser dirigidos ao Pregoeiro responsável pelo certame.

4. DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL” E “HABILITAÇÃO”

- 4.1. Os envelopes “Proposta Comercial” e “Habilitação” deverão ser lacrados, opacos, indevassáveis e entregues a **Pregoeira** ou sua equipe de apoio, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados.
- 4.2. A Superintendência de Compras e Licitações não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Habilitação” enviados pelos correios ou quaisquer outras formas.
- 4.3. O Envelope 1 - PROPOSTA COMERCIAL e o Envelope II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO indicarão em sua parte externa e frontal os dizeres de quais documentos se encontram inseridos, conforme segue:

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PREFEITURA DE PALMAS/TO
PREGÃO PRESENCIAL N.º/2017
ENVELOPE N.º
PROPONENTE:

5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 5.1. Os documentos apresentados deverão:
- Quando cópias, com registro de autenticação efetuados em cartório ou por servidor da Prefeitura de Palmas/TO;
 - Quando proposta, **planilha orçamentaria detalhada, cronograma físico-financeiro**, conter rubrica em todas as folhas e assinatura do responsável constituído na última;
 - Ser preferencialmente encadernados, de modo a não conter folhas soltas, sem emendas, acréscimos, numerados sequencialmente em ordem crescente, em uma única via, sem borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.
- 5.2. Os documentos expedidos via on-line (internet), no qual possam ser aferidos por meio eletrônico, dispensam autenticação.
- 5.3. Não serão autenticados documentos na sessão da licitação.

6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. Os licitantes deverão credenciar, mediante a apresentação de carta ou procuração por instrumento público ou particular, um credenciado ou procurador, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema, conforme **MODELO 1**.
- 6.2. Os credenciados ou procuradores deverão estar munidos da Cédula de Identidade ou documento equivalente.
- 6.3. Em se tratando de sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverão ser apresentadas cópias do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações, e Cédula de Identidade.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



6.4. Deverá ser incluído no credenciamento a comprovação de que o licitante encontra-se enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso, através de extrato do site www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional ou declaração de enquadramento devidamente registrada no órgão competente no decorrer de 2016 ou, ainda, Certidão Simplificada da Junta Comercial emitida no decorrer de 2016.

6.5. Juntamente com o documento de comprovação do item 6.4, a microempresa ou empresa de pequeno porte **deverá apresentar a respectiva declaração de enquadramento como ME ou EPP**, conforme **MODELO 2**.

7. DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1. A proposta comercial deverá ser datilografada ou digitada e deverá conter:

- a) Razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e fax da empresa proponente;
- b) Especificações detalhadas do objeto proposto, conforme descrito nos **Anexos do edital**;
- c) O valor unitário do serviço, total do item e o **valor global da proposta**, com preços indicados em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, no máximo com duas casas decimais;
- d) Planilha orçamentaria detalhada, cronograma físico-financeiro;
- e) O prazo para execução dos serviços será de até 02 (dois) meses, após assinatura do contrato, conforme Cronograma Físico-Financeiro **ANEXO C**;
- f) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data marcada para a abertura da sessão;

7.2. Juntamente com a PROPOSTA COMERCIAL, a licitante deverá apresentar as seguintes declarações:

- a) Declaração de que a empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e de que conhece e aceita todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório, conforme **MODELO 5**.
- b) **Declaração de que atende, no que couber, os critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos na Instrução Normativa SLTMPOG nº 01, de 19/01/2010.**

7.3. Todas as despesas com frete, tributos ou quaisquer outros encargos, diretos ou indiretos, serão de responsabilidade do licitante, devendo estar incluídas na composição dos preços.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.3 Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



8.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Após a verificação acima, no **Envelope II** deverá conter, obrigatoriamente, documentos que comprovem os requisitos legais para habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, observadas as seguintes premissas:

- a) Os documentos deverão estar todos em nome do estabelecimento (matriz ou filial) que efetivamente apresentar a proposta de preços;
- b) Documento para habilitação, sujeito a prazo de validade, que não mencionar o respectivo prazo ou a data de vencimento, será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição;
- c) O Certificado de Registro Cadastral - CRC emitido pela Prefeitura de Palmas -TO, dentro do prazo de validade, substitui os documentos dos itens 8.3, 8.5 e 8.6, desde que constem expressamente no CRC e não estejam vencidos na data da licitação;
- d) Para o uso da prerrogativa da substituição de documentos pelo CRC, na forma do item 8.1.c, deve ser apresentado, concomitantemente, Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação, conforme **MODELO 6**.

8.3. Para comprovação da **Habilitação Jurídica** os interessados deverão apresentar os seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4. Para a comprovação da **Qualificação Técnica** os licitantes deverão apresentar:

- a) A empresa PARTICIPANTE deverá apresentar registro no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia-CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo –CAU e cadastro na ENERGISA TOCANTINS, por se tratar de serviços de engenharia especializados na implantação de postes de distribuição de energia;
- b) A empresa PARTICIPANTE deverá conter no Quadro Técnico Permanente um Engenheiro Eletricista devidamente comprovado e registrado no CREA - Conselho Regional de Engenharia, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, devido à natureza e responsabilidade dos serviços a serem prestados;

8.4.b.1. A empresa ou profissional responsável técnico que apresentar a certidão de registro no conselho competente com prazo de validade vencido, deverá providenciar a regularização antes da assinatura do contrato, caso seja vencedora da licitação, sob pena de desclassificação da sua proposta;

- c) Declaração de responsabilidade técnica firmada pela empresa, indicando que os profissionais apresentados para atendimento da qualificação técnica, estarão inclusos na equipe técnica, e que irão participar da execução do objeto licitado na condição de Responsáveis Técnicos, conforme **MODELO 7**.
- d) Declaração individual formal assinada pelo(s) profissional (is) apresentado(s) como Responsável(is) Técnico(s) autorizando sua(s) inclusão (ões) na equipe técnica, e que irá(ão) participar da execução do objeto licitado na condição de Responsável Técnico, caso esta seja vencedora da licitação, conforme **MODELO 8**.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



- 8.4.d.1. Na contratação deverá ser comprovado o vínculo do Responsável Técnico com a empresa. A vinculação será caracterizada das seguintes formas:
- Mediante a anexação de cópias autenticadas da Ficha de Registro de Empregados – FRE ou da Carteira Profissional de Trabalho;
 - Por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;
 - Através de ato constitutivo, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante.
- e) Declaração formal emitida pelo licitante que as máquinas e equipamentos adequados para a execução do objeto estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação das obras, inclusive sujeitos a vistoria do órgão contratante para sua aceitabilidade, por ocasião da contratação e sempre que necessário, conforme **MODELO 9**.
- f) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor do licitante, que comprove a realização de serviços compatíveis em características com o objeto da licitação.
- 8.5. Para a comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira** os licitantes deverão apresentar:
- Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório distribuidor do local do estabelecimento da empresa;
 - Comprovações de possuir, na data da abertura do certame, capital social ou patrimônio líquido de valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor da proposta final.
- 8.6. Para a comprovação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista** os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Municipal (Alvará de funcionamento válido e em dia), relativo ao estabelecimento do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
 - Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de quitação de tributos **federais**, incluindo a Dívida Ativa da União e a regularidade das Contribuições Previdenciárias, expedida pela Receita Federal do Brasil;
 - Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa quanto aos tributos **municipais** (ou distritais), relativamente à sede ou domicílio do proponente;
 - Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa quanto aos tributos **estaduais** (ou distritais), relativamente à sede ou domicílio do proponente;
 - Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho.
- 8.7. A **comprovação do cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** se dará através da Declaração firmada pelo licitante conforme **MODELO 4**.

9. DA SESSÃO DO PREGÃO

- 9.1. Recomenda-se que os participantes compareçam com antecedência mínima de 10 (dez) minutos do horário previsto para o início da sessão.
- 9.2. O(a) pregoeiro(a) declarará aberta à sessão do PREGÃO em data e hora pré-definida no edital, não cabendo mais apresentação de envelopes.
- 9.3. Por decisão do(a) pregoeiro(a), a sessão poderá ser suspensa e retomada posteriormente, em data e hora previamente informados aos participantes.
- 9.4. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos e ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo(a) pregoeiro(a), equipe de apoio e pelos licitantes.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

10.1. Os envelopes contendo as Propostas Comerciais serão abertos e estas verificadas se atendem a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

10.2. O critério de aceitabilidade dos preços será o de compatibilidade com os preços de insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto da licitação, observando, que os valores unitários não poderão exceder ao valor estimado pela Administração, sob pena de desclassificação.

10.2.1 Quando solicitado, o licitante deverá demonstrar a exequibilidade de seus preços por meio de planilha detalhada de custos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

10.3. O(a) Pregoeiro(a) classificará o autor da proposta de menor valor e aqueles que tenham apresentado propostas sucessivas e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor, para participarem dos lances verbais.

10.4. Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no item anterior, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

10.5. Caso haja empate nas condições definidas no item 10.3, as propostas com valores empatados serão classificadas para a fase de lances verbais.

11. DOS LANCES VERBAIS

11.1. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, com valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior valor classificado e os demais em ordem decrescente de classificação.

11.2. Será considerada, a proposta de preço escrita, como valor proposto acabado e final do licitante que, caso classificado para os lances verbais, não esteja representado em sessão.

11.3. A declaração de declínio em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último valor apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas, incluindo-se nesta prerrogativa os interessados inseridos na Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014.

11.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014.

11.5. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada deixe de apresentar proposta, as demais empresas em situação de empate poderão também apresentar suas propostas, respeitada a ordem de classificação dos preços;
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo de desempate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas letras “a” e “b” acima, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.6. O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12. DO JULGAMENTO

12.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



- 12.2. Declarada encerrada a etapa competitiva de lances, as ofertas serão ordenadas para classificação a partir do menor valor ofertado.
- 12.3. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira proposta classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 12.4. Sendo aceitável a proposta de menor valor, será aberto o envelope contendo a habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 12.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos de habilitação requeridos no presente edital.
- 12.6. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as demais propostas subsequentes classificadas, verificando a sua aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.
- 12.7. Não havendo a regularidade dos documentos de habilitação, o licitante será considerado inabilitado, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 12.8. Ao vencedor de menor preço que apresente restrição na regularidade fiscal, inserido na condição estabelecida de favorecido como microempresa ou empresa de pequeno porte, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização de seus documentos de habilitação, podendo ser prorrogado por mais um dia desde que devidamente fundamentado pelo proponente.
- 12.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista no art.81 da Lei nº866, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à admiração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.
- 12.10. Em havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 12.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor valor ofertado que contemple as condições do Edital.
- 12.12. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço para a Administração.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 13.2. As razões de recurso deverão versar exclusivamente sobre o tópico questionado verbalmente durante a sessão.
- 13.3. Na falta de manifestação imediata e motivada, no momento oportuno, ao licitante decairá o direito de recurso.
- 13.4. Os recursos serão decididos no prazo de 2 (dois) dias úteis, com a comunicação do resultado do julgamento diretamente aos interessados ou publicação no Diário Oficial do Município de Palmas, através do site portal.palmas.to.gov.br.
- 13.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.6. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes, julgados desclassificados, os envelopes “HABILITAÇÃO” inviolados, no encerramento da licitação.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Ordenador da despesa.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



14.2. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Pregoeiro encaminhará os autos ao Ordenador da despesa para adjudicação do objeto da licitação ao(s) licitante(s) vencedor(es) e homologação do procedimento licitatório.

15. DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Após a homologação do certame a adjudicatária será convocada pelo Fundo de Iluminação Pública da SEISTT, para assinatura do instrumento contratual relativo ao objeto, devendo comparecer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da notificação, prorrogável por até igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado.

15.2. O contrato será firmado conforme minuta constante no **ANEXO III**.

15.3. O prazo de vigência contratual será 03 (três) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação e o prazo de execução dos serviços será de 02 (dois) meses após a emissão da ordem de serviços.

15.4. Fica facultado à Administração, quando o vencedor não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances.

15.5. Quando notificado antes da efetiva conclusão do objeto a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, mediante justificativa técnica por parte do ordenador da despesa.

15.6. A Contratada não poderá subcontratar o objeto.

15.7. Aplicam-se, no que couberem, as disposições contidas nos arts. 54 a 88 da Lei 8.666/93, independentemente de transcrição.

15.8. As despesas com o presente serviço correrá à conta do Fundo de Iluminação Pública, na(s) dotação(ões) orçamentária(s) consignada(s) no(s) projeto(s)/atividade, natureza(s) da despesa e fonte(s) indicados no **item 5** do Termo de Referência constante no **ANEXO II**.

16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1. As condições gerais para a execução do objeto estão estabelecidas no Termo de Referência constante no **ANEXO II**.

16.2. O prazo para execução dos serviços será de até 02 (dois) meses, após assinatura do contrato, conforme Cronograma Físico-Financeiro **ANEXO C**;

16.3. O local para a execução dos serviços será no Plano Diretor de Palmas -TO.

16.4. A Empresa contratada deverá executar os serviços solicitados, dentro da vigência contratual, no local e hora designados conforme solicitação da SEISTT, onde a empresa se obriga a seguir as normas técnicas vigentes, bem como as práticas usuais consagradas para a perfeita execução dos serviços.

16.5. Fica a empresa obrigada a executar o objeto de comprovada qualidade, obedecidas as normas de padronização e qualificação aplicáveis em cada caso, em que os serviços, equipamentos e todos os materiais deverão atender às prescrições das normas desenvolvidas pela ABNT (NBR-5410), ASA – American Standard Association, NEC – National Electric Code e NEMA – National Electrical Manufacturers Association, e a atender as exigências contidas no **ANEXO II** - Termo de Referência do edital.

16.6. O objeto em desacordo com o Edital será rejeitado e deverá ser refeito, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor e especificação no **ANEXO II** - Termo de Referência do edital.

16.7. A empresa a ser contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretamente, decorrentes da prestação dos serviços, tais como: mão de obra, operador e técnico, abastecimento, rodagem, transporte, pagamento de seguros, tributos, impostos, encargos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

16.8. Todo o pessoal deverá estar devidamente uniformizado e utilizar equipamento de proteção individual (EPI) adequado. Quando necessário, equipes de escolta e sinalização deverão ser providenciadas para execução dos serviços de campo.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



17. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

17.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e atesto das Notas Fiscais.

17.2. Os preços ofertados e adjudicados serão considerados fixos e irrevogáveis.

17.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto, o Município poderá sujeitar a empresa adjudicatária às penalidades seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, no caso de inexecução total da obrigação;
- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação, inclusive no caso de reposição do objeto rejeitado;
- d) Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do fornecimento do objeto desta licitação, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- e) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Palmas, pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

18.2. Quando o proponente não assinar o contrato ou não retirar o empenho na forma estabelecida, estará sujeito à multa do item 18.1."b" e à penalidade do item 18.1."e" ou 18.1."f", além de decair o direito à execução do objeto.

18.3. As sanções administrativas poderão ser aplicadas sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e das ações penais cabíveis.

18.4. As multas aplicadas serão descontadas do pagamento devido pela Prefeitura ou, não sendo possível, deverão ser recolhidas pelo licitante em até 30 (trinta) dias, contados da intimação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial.

18.5. A aplicação das penalidades independe de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

18.6. As penalidades serão aplicadas diretamente pelo órgão, através do ordenador da despesa, sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

18.7. O proponente será cientificado, por escrito, da penalidade aplicada, ficando com o prazo de 5 (cinco) dias úteis para, se o desejar, recorrer à SEISTT.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



18.8. A suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública, além das penalidades civil, penal e criminal, poderá ser também aplicada àqueles que:

- a) Retardarem a execução do Pregão;
- b) Apresentarem declaração ou qualquer documento falso, fraudado ou cometerem fraude fiscal;
- c) Aliciar demais concorrentes ou formar conluio entre interessados.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.2. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do Pregão.

19.3. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

19.4. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na proposta e habilitação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, para esse fim específico.

19.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro com a interpretação da legislação própria, princípios constitucionais e o direito público interno, sem prejuízo de solicitação de parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município.

19.6. Fica eleito o Foro de Palmas/TO para resolver questões relativas ao presente Edital.

19.7. Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre o presente pregão serão prestadas pela Superintendência de Compras e Licitações da Secretaria de Finanças, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, pelos fones (63) 2111-2736/2737 ou e-mail cplpalmas@gmail.com.

Palmas, 24 dias do mês de fevereiro de 2017.

Antonio Luiz Cardozo Brito
Pregoeiro

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



ANEXOS


ANEXO I - Especificações do Objeto

Item	Qtde.	Unid.	Especificações	Valor Unitário Estimado R\$	Valor Total Estimado R\$
1	1	Serv.	Serviços de remoção de postes de concreto e devolução a Energisa, bem como a disponibilidade de equipe completa para auxílio na desmontagem dos enfeites natalinos, conforme Termo de Referência Anexo II.	345.798,30	345.798,30

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



ANEXO II - Termo de Referência

<p> PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS Data: <u>21/12/2016</u> Nº: <u>036/2016</u> SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRÂNSITO E TRANSPORTE</p>																			
<p>SOLICITAÇÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS / TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO II</p> <p>(Art. 14 da Lei nº 8666/93)</p>																			
<p>01 – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA DEMANDANTE:</p> <p>SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRÂNSITO E TRANSPORTE</p> <p>CHRISTIAN ZINI AMORIM</p> <p>diretoriagestaofinancas.smamtt@gmail.com (63)2111-0607</p>																			
<p>02 – OBJETO</p> <p>Execução de Serviço de remoção de postes de concreto e devolução a Energisa, bem como a disponibilidade de equipe completa para auxílio na desmontagem dos enfeites natalinos.</p>																			
<p>03 – Origem dos Recursos: 06050103 – Cosip</p>																			
<p>04 – JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO:</p> <p>Tais serviços são essenciais a esta pasta tendo em vista que a Energisa emprestou e implantou os postes para utilização dos enfeites natalinos, porém a retirada e devolução correm por conta da secretaria.</p> <p>Ressalto ainda que esta secretaria não dispõe de equipe técnica suficiente para tais serviços, considerando que essa época do ano a manutenção da rede de iluminação aumenta consideravelmente, e que a retirada das equipes para essa retira dos postes acarretaria prejuízos a população.</p>																			
<p>05 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Funcional programática – Nome da Ação</th> <th>Natureza da despesa - Subitem</th> <th>Fonte</th> <th>Ficha</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>15.451.0312.6005 - PPA-P - Ampliação e execução da rede de iluminação pública</td> <td>4.4.90.51</td> <td>006050103</td> <td>20171737</td> <td>R\$ 345.798,30</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Valor Total</td> <td>R\$ 345.798,30</td> </tr> </tbody> </table>					Funcional programática – Nome da Ação	Natureza da despesa - Subitem	Fonte	Ficha	Valor	15.451.0312.6005 - PPA-P - Ampliação e execução da rede de iluminação pública	4.4.90.51	006050103	20171737	R\$ 345.798,30	Valor Total				R\$ 345.798,30
Funcional programática – Nome da Ação	Natureza da despesa - Subitem	Fonte	Ficha	Valor															
15.451.0312.6005 - PPA-P - Ampliação e execução da rede de iluminação pública	4.4.90.51	006050103	20171737	R\$ 345.798,30															
Valor Total				R\$ 345.798,30															

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



07 – VALOR ESTIMADO / COTAÇÃO. O preço global desta obra foi orçado em R\$ 345.798,30 (trezentos e quarenta e cinco mil setecentos e noventa e oito reais e trinta centavos).	
08 – PRAZO PARA ENTREGA / EXECUÇÃO Conforme Termo de Referência.	
09 – LOCAL DE ENTREGA / REALIZAÇÃO / INSTALAÇÃO Município de Palmas – TO.	
10 – CONDIÇÕES GERAIS Conforme Termo de Referência.	
11 - Responsável pela consolidação desta Solicitação de Compras e do Termo de Referência: Data: / / Carimbo e assinatura	12 – Validação Orçamentária – Financeira: Data: / / Carimbo e assinatura
13 Setor Solicitante: Data: / / Carimbo e assinatura	14 – Validação da Assessoria de Planejamento ou equivalente. Data: / / Carimbo e assinatura
15 - Ordenador de despesas: Declaro, como Ordenador de Despesas, para os fins do art. 16, inciso II da LC nº. 101, de 4/5/2000, que a presente despesa tem adequação orçamentária, financeira e está compatível com o Plano Plurianual 2014-2017 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017. Data: / / Carimbo e assinatura	

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017



**ANEXO “A” - Termo de Referência para Remoção de Poste Duplo T e Enfeites
Natalinos**

1 – INTRODUÇÃO

O presente documento destina-se a apresentar os princípios básicos e as normas de apoio para os serviços de engenharia a serem executados para Remoção de Poste de concreto Duplo T e Enfeites Natalinos, no plano diretor de Palmas para uso de iluminação natalina 2016 em Palmas - TO.

2 – PRAZO DE ENTREGA

A Contratada responsável deverá entregar as instalações/equipamentos testados e prontos para operação, rigorosamente dentro dos prazos fixados.

3 – DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS E MONTAGENS

3.1 – Remoção de Poste Duplo T:

A empresa contratada deverá executar os serviços inclusos no projeto conforme orientações a seguir:

- Retirar postes de concreto DT;
- Reaterro do buraco;
- Compactação e nivelamento;
- Transportar o poste até o local indicado pela fiscalização.

3.2 – Remoção de Enfeites Natalinos:

A empresa contratada deverá executar os serviços inclusos no projeto conforme orientações a seguir:

- Retirar os enfeites Natalinos fixados em arames que transpassam as avenidas;
- Retirar o arame que servia de suporte para os enfeites;
- Transportar os enfeites até o local indicado pela fiscalização.

A empresa contratada deverá realizar as instalações de acordo com as especificações contidas no projeto, sendo que qualquer dúvida ou necessidade de alteração deverá ser

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



imediatamente comunicada à SEISTT para que sejam avaliadas as alternativas cabíveis.

4 – MATERIAIS

Os postes a serem removidos estão na responsabilidade prefeitura, os mesmos deverão ser devolvidos na concessionária Energisa Tocantins nas mesmas condições que se encontram, qualquer danos na retirada ou transporte será de responsabilidade da contratada.

- **Poste de Concreto Armado Seção Duplo T** - Os postes de concreto armado seção duplo T, destinados à utilização nas redes de distribuição, deverão possuir as características técnicas prescritas em normas da ABNT.

Na fabricação dos postes os componentes devem ser verificados segundo as seguintes normas:

- Cimento: conforme prescreve a NBR 5732 ou NBR 5733;
- Agregados: conforme prescreve a NBR 7211;
- Água: destinadas ao amassamento do concreto e isenta de teores prejudiciais de substâncias estranhas, conforme NBR 6118;
- Aço: o aço utilizado para a armadura deve obedecer a NBR 7480, com exceção da característica de dobramento que é dispensadas para as barras longitudinais;
- Concreto: para controle da resistência à compressão do concreto, devem ser obedecidas as NBR 5738 e NBR 5739. A carga de ruptura a compressão do concreto não deve ser menor que 25 MPa.

5 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para os serviços de retirada dos postes e enfeites, constantes dos projetos e descritos nos respectivos memoriais, a empresa contratada deverá apresentar registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e cadastro na ENERGISA TOCANTINS por tratar de serviços de engenharia especializados na implantação de postes de distribuição de energia A empresa se obriga a seguir as normas técnicas vigentes, bem como as práticas usuais consagradas para a perfeita execução dos serviços.

Os serviços, equipamentos e todos os materiais, deverão atender às prescrições das normas desenvolvidas pela ABNT (NBR-5410), ASA - American Standard Association, NEC - National Electric Code e NEMA - National Electrical Manufactures Association.

5.1 – Equipes:

A responsabilidade civil e ético-profissional pela qualidade, desempenho e segurança da obra ou do serviço é da executante. Durante a execução dos serviços, a empresa deverá manter um engenheiro eletricista, responsável técnico, que tenha sido relacionado na equipe técnica da contratada. Este engenheiro responderá pela execução dos serviços.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



As exigências de capacitação para o exercício das ocupações/atividades previstas para os serviços contemplados no presente Termo de Referência são definidas de acordo com a complexidade, abrangência, dimensão e responsabilidade pela execução dos serviços. Cabe à empresa executora proporcionar os programas de treinamento e capacitação aos seus profissionais, uma vez que a qualidade e a produtividade nos serviços contratados são diretamente proporcionais à perícia do pessoal técnico de campo. Desta forma, os serviços deverão ser executados por funcionários especializados, com experiência em instalações elétricas deste porte.

As equipes de trabalho de campo deverão ser compostas com pessoal que atendam as seguintes finalidades:

- Controle de qualidade;
- Operação dos equipamentos e veículos envolvidos;
- Sinalização de segurança;
- Apoio operacional.

Todo pessoal de campo deverá estar devidamente uniformizado e utilizar equipamento de proteção individual (EPI) adequado. Quando necessário, equipes de escolta e sinalização deverão ser providenciadas para execução dos serviços de campo.

5.2 – Equipamentos

Antes do início da execução dos serviços, todos os equipamentos serão cuidadosamente examinados e aprovados pela SEISTT. Sem a realização da inspeção supracitada, não será emitida a autorização para início dos serviços.

Os equipamentos devem ser do tipo, tamanho e quantidade necessária para a execução satisfatória e o cumprimento do cronograma de entrega dos serviços.

6 – MANEJO AMBIENTAL

Durante a execução dos serviços, devem ser preservadas as condições ambientais exigindo-se, entre outros, os procedimentos a seguir descritos.

- a) Todo o material excedente de escavação deve ser removido das proximidades dos serviços, cuidando-se que este material não seja conduzido para os cursos d'água, de modo a não causar seu assoreamento.
- b) Durante a execução dos serviços, deve ser evitado o tráfego desnecessário de equipamentos ou de veículos por terrenos naturais, de modo a evitar a sua desfiguração.

7 – DO ORÇAMENTO

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



O orçamento realizado para os serviços para remoção 493 postes de concreto duplo T e 323 conjuntos de enfeites natalinos, no plano diretor de Palmas para uso de iluminação de natal em Palmas - TO resultou no investimento de R\$ 345.798,30 (trezentos e quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta centavos).

8 – DA FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização dos serviços que constam como objeto do presente Termo de Referência está sujeita às regras descritas em contrato específico, firmado entre a SEISP e a empresa contratada para este fim. Todo o controle dos serviços executados deverá obedecer aos PROJETOS EXECUTIVOS, NORMAS E ESPECIFICAÇÕES VIGENTES na SEISP. Nos casos omissos, a Fiscalização solicitará à empresa contratada os controles necessários indicados nas normas e especificações vigentes na ABNT.

À Fiscalização é reservada a verificação dos ensaios e controles realizados pela empresa executora podendo, a qualquer momento, solicitar a realização de novos ensaios para confirmação da qualidade dos trabalhos executados.

Palmas, 9 de dezembro de 2016.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



ANEXO II - B - Planilha Orçamentária

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRÂNSITO E TRANSPORTE
SUPERINTENDÊNCIA DE ILUMINAÇÃO URBANA

Obra: Remoção de Poste de concreto Duplo T e Enfeites Natalinos para Natal 2016

Local: Palmas-
TO

LS: 89,26%(HORA)/
51,13%(MÉS)
BDI: 31,55%

DATA BASE: OUTUBRO / 2016

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
Item	Código	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.	Custo Serviço	Custo Total
1.0		REMOÇÃO DE POSTE DUPLO T				
1.1	ENERGISA	REMOÇÃO DE POSTE DUPLO T	UN	493,00	180,00	88.740,00
1.2	ENERGISA	TRANSPORTE POSTE NO CAMPO ATÉ ALMOX	UN	493,00	90,00	44.370,00
1.3	ENERGISA	REATERRO BURACO POSTE	UN	493,00	45,00	22.185,00
		TOTAL ITEM 1.0				155.295,00
2.0		REMOÇÃO ENFEITES NATALINOS (EQUIPE MENSAL)				
2.1	SINAPI 5928	GUINDAUTO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÁXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014	UN	400,00	107,28	42.912,00
2.2	SINAPI 100040919	AJUDANTE DE ELETRICISTA (MENSALISTA)	UN	4,00	1.560,50	6.242,00
2.3	SINAPI 100040992	MOTORISTA OPERADOR DE CAMINHAO COM MUNCK (MENSALISTA)	UN	2,00	2.020,13	4.040,26
2.4	SINAPI 100040918	ELETRICISTA (MENSALISTA)	UN	2,00	2.177,78	4.355,56
2.5	SINAPI 5824	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50M - CHP DIURNO. AF_06/2014	UN	400,00	101,35	40.540,00
2.6	SINAPI 100010512	MOTORISTA DE CAMINHAO - PISO MENSAL (ENCARGO SOCIAL MENSALISTA)	UN	2,00	1.845,58	3.691,16
2.7	SINAPI 100041086	AJUDANTE DE OPERACAO EM GERAL (MENSALISTA)	UN	4,00	1.447,14	5.788,56
		TOTAL ITEM 2.0				107.569,54
		SUB TOTAL				262.864,54
		BDI 31,55%				82.933,76
		TOTAL GERAL				345.798,30

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



ANEXO II-C - Cronograma Físico-Financeiro

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRÂNSITO E TRANSPORTE
SUPERINTENDÊNCIA DE ILUMINAÇÃO URBANA**

Obra: Remoção de Poste de concreto Duplo T e Enfeites Natalinos
para Natal 2016

Local: Palmas - TO

LS: 89,26%(HORA) / 51,13%(MÊS)

BDI: 31,55%

DATA BASE: OUTUBRO / 2016

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR		1º MÊS	2º MÊS
1.0	REMOÇÃO DE POSTE DUPLO T	204.290,57	%	100,00%	0,00%
			R\$	204.290,57	-
2.0	REMOÇÃO ENFEITES NATALINOS (EQUIPE MENSAL)	141.507,73	%	0,00%	100,00%
			R\$	-	141.507,73
TOTAL		345.798,30	%	59,08%	100,00%
			R\$	204.290,57	345.798,30

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2017**



ANEXO II -D - COMPOSIÇÃO DO BDI

Palmas-TO,de de 2017.

Ref. PREGÃO PRESENCIAL N.º /2017.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:

(*descrição do objeto*)

Visando o atendimento do disposto no Acórdão 2622/2013 - do Tribunal de Contas da União, DECLARAMOS que os Benefícios e Despesas Indiretas - BDIs abaixo contemplam os custos necessários para a execução das obras constantes no objeto proposto, conforme detalhamento de composição e respectivos percentuais a seguir:

Parâmetro	%	Verificação	Cálculo do BDI
Administração Central			
Lucro			
Despesas Financeiras			
Seguro e Garantia			
Risco			
ISS			
PIS			
COFINS			
BDI DA OBRA			

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



ANEXO III - Minuta do Contrato

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº /2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM NA FORMA E CONDIÇÕES SEGUINTE, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, **O MUNICÍPIO DE PALMAS, POR MEIO DO FUNDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRÂNSITO E TRANSPORTE**, E DE OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS POR MEIO DO FUNDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRÂNSITO E TRANSPORTE, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº **24.851.511/000X-XX**, com sede na **Quadra 1212 Sul, Av. LO 27 esquina c/ NS 10**, Palmas-TO, neste ato representada pelo Presidente, o (a) Senhor ..., brasileiro(a), residente em Palmas – TO.

CONTRATADA:pessoa jurídica de direito privado, com sede....., inscrita no CPF / CNPJ nº....., / por seu Representante Legal, RG..., CPF/MF ..., têm justos e certos o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

1.1 O presente contrato decorre da Adjudicação na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tudo constante do processo protocolado nesta Prefeitura Municipal de Palmas sob o nº **2016074240**, Pregão Presencial n.º **0xx/2017**, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1 O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de remoção de postes de concreto e devolução a Energisa, bem como a disponibilidade de equipe completa para auxílio na desmontagem dos enfeites natalinos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2.2 O preço contratado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:				CNPJ:
ITEM	QTDE	UND	VLR UNIT R\$	VLR TOTAL R\$

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES ESPECIAIS

3.1 A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE, com especial observância dos termos do instrumento da Licitação e deste contrato.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



3.2 Nos preços estabelecidos estão incluídas todas e quaisquer despesas com o objeto deste instrumento, tais como: encargos sociais, salários de seus funcionários, atendimento às normas de segurança no trabalho, impostos, multas, taxas, fretes e qualquer outro encargo que incida ou venha a incidir sobre o objeto.

3.3 A CONTRATANTE não pagará indenização de danos causados por qualquer agente físico da natureza. Neste caso a CONTRATADA deverá precaver-se contra esses riscos através de seguro específico ou de outra forma que julgar da sua conveniência.

3.4 CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.4.1 A empresa contratada deverá executar os serviços de acordo com as especificações contidas no termo de referência anexo ao instrumento convocatório, sendo que qualquer dúvida ou necessidade de alteração deverá ser imediatamente comunicada à SEISTT para que sejam avaliadas as alternativas cabíveis. Os serviços compreendem:

3.4.1.1 Remoção de Poste Duplo T:

- a) Retirar postes de concreto DT;
- b) Reaterro do buraco;
- c) Compactação e nivelamento;
- d) Transportar o poste até o local indicado pela fiscalização.

3.4.1.2 Remoção de Enfeites Natalinos:

- a) Retirar os enfeites Natalinos fixados em arames que transpassam as avenidas;
- b) Retirar o arame que servia de suporte para os enfeites;
- c) Transportar os enfeites até o local indicado pela fiscalização.

Parágrafo único. Os postes a serem removidos estão na responsabilidade da prefeitura, os mesmos deverão ser devolvidos na concessionária Energisa Tocantins nas mesmas condições que se encontram, quaisquer danos na retirada ou transporte será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.4.2 A CONTRATADA deverá manter inscrição no CREA do Tocantins durante todo o período deste contrato, ou apresentar o visto da unidade regional de referido Conselho neste Estado, bem como do (s) profissionais (is) responsável (is) pela execução dos serviços.

3.4.3 O(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços objeto deste contrato, deverá(ão), obrigatoriamente, ser engenheiro eletricista e detentor(es) do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) para qualificação técnica na licitação e fazer(em) parte do quadro técnico da CONTRATADA durante todo o período de execução do objeto, conforme registro junto ao CREA.

3.4.4 A CONTRATADA obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte o objeto do contrato, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução dos serviços objeto desta licitação que venham a ser recusados pela Administração Pública, bem como observar todas as exigências contidas no edital da licitação e seus anexos, que passam a fazer parte integrante deste contrato, nos termos do art. 69 da Lei nº 8.666/93.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**

3.4.5 Todo o transporte a ser efetuado para a entrega do objeto deste contrato será de única e total responsabilidade da CONTRATADA, correndo por conta da mesma, o risco integral de toda a operação.

3.4.6 Para os serviços de retirada dos postes e enfeites, constantes dos projetos e descritos nos respectivos memoriais, a CONTRATADA deverá apresentar registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e cadastro na ENERGISA TOCANTINS por tratar de serviços de engenharia especializados na implantação de postes de distribuição de energia.

3.4.7 A CONTRATADA se obriga a seguir as normas técnicas vigentes, bem como as práticas usuais consagradas para a perfeita execução dos serviços. Os serviços, equipamentos e todos os materiais, deverão atender às prescrições das normas desenvolvidas pela ABNT (NBR-5410), ASA - American Standard Association, NEC - National Electric Code e NEMA - National Electrical Manufacturers Association.

3.4.8 A CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para o CONTRATANTE e no interesse da segurança, o fornecimento de equipamentos adequados ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados.

3.4.9 A CONTRATADA deverá manter todo pessoal de campo devidamente uniformizado e utilizar equipamento de proteção individual (EPI) adequado. Quando necessário, equipes de escolta e sinalização deverão ser providenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços de campo.

3.4.9 A CONTRATADA fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de responsabilização pelo descumprimento.

3.4.10 A CONTRATADA deverá executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto, programar a sua execução em conjunto com o responsável pela fiscalização designada pela SEISTT.

3.4.11 A CONTRATADA será facultada pedir prorrogação de prazos somente quando ocorrer um dos seguintes atos ou fatores:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) ordem escrita do titular do CONTRATANTE, para restringir, ou paralisar a execução no interesse da Administração.

3.4.12 Nos casos acima mencionados, o requerimento da prorrogação deverá ser protocolado em prazo não superior a 02 (dois) dias da data do evento alegado como causa do atraso.

3.4.13 As prorrogações da vigência do contrato autorizadas serão concedidas independentemente de alteração contratual, mas sempre procedidas de termo aditivo.

3.5 CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

3.5.1 Exercer a fiscalização e supervisão dos serviços prestados, por servidores designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**

3.5.2 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários para a prestação dos serviços, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

3.5.3 Efetuar o respectivo pagamento devido pela prestação dos serviços, dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato.

3.5.4 Comunicar, oficialmente, a CONTRATADA, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, notificando sobre imperfeições, multas, penalidades, falhas ou irregularidades constantes no objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

3.5.5 Atestar a execução do objeto contratado por meio do setor competente.

3.5.6 Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da contratada considerado inadequado à execução dos serviços contratados.

3.5.7 Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissionais exigidos, solicitando à contratada as substituições que se verificarem necessárias.

3.5.8 Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência será de 03 (três) meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado com base no disposto no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

4.2. Os serviços contratados deverão ser concluídos dentro do prazo de 02 (dois) meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços, conforme Cronograma Físico-Financeiro **ANEXO C**.

CLÁUSULA QUINTA – VALOR E PAGAMENTO

5.1 Pelos serviços efetivamente prestados, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os preços constantes de sua proposta, parte integrante deste contrato, no valor total de R\$... (...).

5.2 A composição dos custos, de acordo com a proposta apresentada pela contratada, resulta em:

Discriminação	Valor R\$
Materiais	
Equipamentos	
Mão-de-Obra	
TOTAL	

5.3 Fica expressamente estabelecida que os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para completa execução dos serviços.

5.3.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

5.4 A CONTRATADA fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites previstos para cada caso, no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93, inclusive quanto aos valores, tendo como base o valor inicial do contrato, mediante celebração de Termo Aditivo, sempre precedido de justificativa técnica por parte do CONTRATANTE.

5.5. Os preços contratuais serão fixos e irremovíveis pelo período de um ano e, contado a partir da data da apresentação da proposta. Ultrapassado este limite, serão reajustados anualmente para mais ou para menos a partir da data da apresentação da proposta, pelo índice INCC da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo.

5.5.1. Os índices de reajuste, apurados pelo índice INCC da Fundação Getúlio Vargas, terão como teto máximo a variação do preço SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal.

5.5.2. Para fins de contagem do prazo para reajuste anual, não serão computados os atrasos nos serviços havidos por responsabilidade da CONTRATADA.

5.6. A CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA as notas fiscais vinculadas aos serviços efetivamente executados.

5.7. Todos os pagamentos somente serão efetuados após:

a) As notas fiscais terem sido conferidas e atestadas pela fiscalização da Secretaria de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte.

b) A comprovação de regularidade fiscal da CONTRATADA perante a Prefeitura Municipal de Palmas - TO.

5.8. Os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias da data de atesto da nota fiscal.

5.9. A medição dos serviços ocorrerá no seu término, considerando o prazo de execução(30) dias.

5.10. A medição deverá estar de acordo com o cronograma físico-financeiro dos serviços, não sendo admitido à CONTRATADA atrasar ou, sem autorização da Secretaria de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte, adiantar os serviços.

5.11. O resultado da medição dos serviços será lançado em formulários

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



apropriados, de acordo com as normas vigentes no Município.

5.12. A nota fiscal relativo à medição de serviço será obrigatoriamente acompanhada da respectiva folha de medição e deverá conter o número da matrícula CEI e a discriminação e valor de materiais, equipamentos e mão de obra.

5.13. A não discriminação dos materiais, equipamentos e mão de obra na nota fiscal, destacadamente, implicarão a retenção do INSS será sobre o valor bruto da Nota Fiscal, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971/2009.

5.14. Os valores relativos a materiais, equipamentos e mão de obra informada nas notas fiscais não poderão ser divergentes da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO E RECURSOS

6.1. As despesas com a presente contratação correrão à conta do FUNDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nas dotações orçamentária consignada nos projetos/atividades 03:16.451.0312.6005, natureza da despesa 4.4.90.52, fonte 006050103.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o CONTRATANTE poderá sujeitar a CONTRATADA as penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- c) multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- d) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- e) suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Palmas, pelo prazo que for fixado pela Administração, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

7.2 As multas aplicadas serão descontadas do primeiro pagamento devido pela CONTRATANTE ou, não sendo possível, deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial.

7.3 A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

7.4 As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

7.5 A CONTRATADA será cientificada, por escrito, da multa aplicada,

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



ficando com o prazo de 5 (cinco) dias para, se o desejar, recorrer ao Ordenador da Despesa.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ou bilateralmente, mas sempre atendida a conveniência administrativa no interesse do Serviço Público.

8.2. Os motivos para rescisão do contrato são os enumerados nos arts. 77 e 78 da Lei 8666/93.

8.2.1. Também caberá a rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, os serviços, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

8.2.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com a aplicação das penalidades previstas neste contrato e o reconhecimento dos direitos da Administração em assumir integralmente o local da realização dos serviços.

8.3. Em qualquer hipótese de rescisão, à CONTRATADA caberá receber o valor dos serviços executados, mais o valor das medições efetuadas para cumprimento do Contrato, proporcionalmente aos serviços realizados até a data da dissolução do contrato.

8.4. Ocorrendo rescisão por qualquer motivo, a CONTRATADA responderá se for o caso, por perdas e danos, cobrados administrativamente ou judicialmente.

8.5. Em caso algum, o CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundo do Contrato entre a mesma e seus empregados.

CLÁUSULA NONA - TRIBUTOS

9.1 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários e encargos sociais resultantes deste Contrato, inclusive os decorrentes da Legislação Trabalhista e Previdência Social.

9.2 Em caso algum, o CONTRATANTE pagará indenização a CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos de Contrato entre a mesma e seus empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 Ao concluir os serviços, a contratada deverá comunicar o fato por escrito à Secretaria de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte, para seu recebimento provisório.

10.2 Casos não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução dos serviços, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas e irregularidades constatadas.



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**

10.3 Todos os serviços em desacordo com as especificações técnicas, assim como falhas e vícios verificados no ato do recebimento, deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem ônus para a Prefeitura.

10.4. Nestes casos, o preço será determinado pelo Município, e inobservância da obrigatoriedade de correção implicará na aplicação das penalidades cabíveis.

10.5 Sanadas as falhas e irregularidade apontadas no Termo de Recusa, a CONTRATADA efetuará novamente a comunicação de que trata o item 10.1.

10.6 Aprovadas as condições técnicas dos serviços, o Município fará o seu recebimento provisório.

10.7 O recebimento definitivo dos serviços será realizado 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, após nova fiscalização por parte da Secretaria de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte, observadas todas as condições exigidas neste Edital e seus anexos e no respectivo contrato.

10.8. Verificadas quaisquer irregularidades, vícios ou falhas nos serviços, serão observadas as disposições do item 8.2 e seguintes.

11.7 A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo não implica em eximir a contratada das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

10.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da cidade de Palmas/TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Rege-se-á o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e alterações posteriores, no processo nº **2016074240** e, ainda, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

11.2 Fica expressamente vedada a vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - Capital do Estado do Tocantins, no dia de de 2017.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



**MODELOS
MODELO 1 - Credenciamento**

A empresa, CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a Prefeitura Municipal de Palmas (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial nº xxx/2016 (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local e data

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



MODELO 2 - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

A empresa, CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)), DECLARA, sob as penas da Lei, com base no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que está enquadrada na definição de () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte, sem nenhuma restrição de ordem legal.

Local e data

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



MODELO 3 - Declaração de Conhecimento dos Serviços
(Em papel timbrado da empresa)

_____ (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ sob o número _____, com endereço sito à _____, declara, sob as penalidades da lei, que inspecionou o local dos serviços e vizinhanças, está familiarizada com as facilidades e recursos existentes e as condições ambientais da região e que não alegará, *a posteriori*, desconhecimento de qualquer fato.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2017.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



MODELO 4 - Comprovação do Atendimento do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

Ref.: Pregão Presencial Nº _____/2017.
À Prefeitura Municipal de Palmas/TO

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

***Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(Local e data)

.....
(nome e assinatura do representante legal da empresa)

(***Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



MODELO 5 – Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Aceite das Condições do Edital
(Em papel timbrado da empresa)

A empresa, CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)), DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos para habilitação ao Pregão Presencial nº xxx/2016, assim como, conhece e aceita todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório da referida licitação.

Local e data

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



MODELO 6 – Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação
(Em papel timbrado da empresa)

Palmas/TO,de de 2017.
Ref. PREGÃO PRESENCIAL N.º /2017.
Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:
(*discrição do objeto*)

Declaramos, sob as penalidades legais, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprovem a idoneidade da proponente, nos termos do § 2º do art. 32 e do art. 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subsequentes, relativamente ao Edital em epígrafe.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2017**



MODELO 7 - Declaração de Responsabilidade Técnica dos Serviços
(Em papel timbrado da empresa)

Palmas-TO,de de 2017.
Ref. PREGÃO PRESENCIAL N.º /2017.
Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:
(*descrição do objeto*)

Declaramos, sob as penalidades legais, que o(s) profissional(is) apresentado(s) para fins de qualificação técnica, conforme item 8.3 do Edital, está(ão) disponível(eis) e deverá(ão) participar, como Responsável(eis) Técnico(s), do objeto da licitação, quais sejam:

Nome do Profissional	Formação	CREA/CAU

Declaramos estar cientes que a Administração poderá admitir e aprovar a substituição do(s) profissional(is) indicado(s), desde que possuam experiência equivalente ou superior, devidamente comprovada.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



MODELO 8 - Declaração de Compromisso do Profissional

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/2017.

Autorizo a empresa..... (nome da empresa), CNPJ nº, a incluir meu nome na equipe técnica que se responsabilizará pela execução dos trabalhos objeto da licitação em referência, bem como comprometo-me a participar da equipe permanente, caso a mesma venha a ser contratada.

Local, data e assinatura

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**



MODELO 9 - Declaração de Disponibilidade de Máquinas e Equipamentos
(Em papel timbrado da empresa)

Palmas-TO,de de 2017.

Ref. PREGÃO PRESENCIAL N.º /2017

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:

(descrição do objeto)

DECLARAMOS, para os fins que se fizerem necessários, que as máquinas e equipamentos adequados à execução do objeto do certame em referência estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação das obras, inclusive sujeitos a vistoria do órgão contratante para sua aceitabilidade, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

Local e data

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa